



COMISSÃO DE ECONOMIA E DE OBRAS PÚBLICAS

**Exmo Senhor
Presidente da Comissão de Orçamento,
Finanças e Administração Pública**

N/Refª: 203/CEOP

Data: 26 de Outubro de 2011

Para os devidos efeitos, junto envio a Vossa Excelência o Parecer referente à Proposta de Lei 27/XII/1ª (GOV) – “Aprova o Orçamento do Estado para 2012..” que, na reunião desta Comissão, realizada em 26 do corrente, obteve a seguinte votação:

Parte I (Considerandos)	Favor	PSD, PS e CDS-PP
	Abstenção	PCP e BE
	Ausência	PEV
Parte III (Conclusões)	Aprovado por unanimidade	
	Ausência	PEV

Com os meus melhores cumprimentos,

**Luís Campos Ferreira
Presidente**



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

Parecer

Proposta de Lei n.º 27/XII/1ª – Orçamento do Estado para 2012 na parte
atinente ao Ministério da Economia e do Emprego

Parte I

Considerandos

1. Nota prévia

O presente Parecer da Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas é emitido nos termos das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 205.º e da alínea b) n.º 1 do artigo 206.º do Regimento da Assembleia da República, segundo o qual a Proposta de Lei do Orçamento do Estado é remetida *“à comissão parlamentar competente em razão da matéria, para elaboração de relatório, e às restantes comissões parlamentares permanentes, para efeitos de elaboração de parecer”, “no prazo de...15 dias, referente à proposta de lei do Orçamento do Estado”*.

Assim, compete a esta Comissão a elaboração de um parecer e caberá à Comissão competente em razão da matéria – Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública – elaborar o relatório.

2. Enquadramento Macroeconómico

O Governo aponta para uma quebra do PIB de 1,9% em 2011 e 2,8% em 2012, associada a uma forte redução da procura interna, a qual é atenuada pelo contributo positivo esperado da procura externa líquida.

Esta quebra mais acentuada do produto em 2012, face ao apresentado no Documento de Estratégia Orçamental, resulta das medidas adicionais tomadas no âmbito do actual OE2012 para cumprir as metas acordadas no programa de assistência económica e financeira (PAEF) a Portugal, as quais se traduzem, com maior reflexo, no consumo privado, na sequência da



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

redução do rendimento disponível quer pela via do aumento dos impostos quer pela redução dos salários nominais na função pública.

Adicionalmente, o cenário tem subjacente o efeito positivo esperado que o aumento das horas trabalhadas no sector privado exerce sobre as exportações e sobre o investimento e por essa via sobre o produto.

Assim, no que respeita ao consumo privado, e fruto de um ajustamento do padrão do consumo das famílias, com especial enfoque nos bens duradouros (cujo consumo aumentou significativamente em 2010), espera-se uma quebra já significativa em 2011, mas ainda mais acentuada em 2012. Neste ano, a quebra esperada (-4,8%) é resultado quer do aumento esperado dos preços por via fiscal (aumento de impostos indirectos), quer por redução do rendimento disponível das famílias (efeito de procura).

Por sua vez, efeito das medidas de consolidação orçamental que têm vindo a ser adoptadas pelo Governo, prevê-se uma quebra do consumo público em 5,2% e 6,2% em 2011 e 2012, respectivamente.

Por outro lado, as exportações de bens e serviços deverão apresentar um comportamento favorável, apesar de desacelerarem face aos anos anteriores, fruto do abrandamento da procura externa relevante. O crescimento das exportações, associado à redução prevista das importações (em 4,5% e 4,3%, em 2011 e 2012, respectivamente) deverá reflectir-se numa redução mais intensa do défice da balança comercial nos dois anos. Refira-se, no entanto, que a previsão agora apresentada beneficia igualmente do efeito da medida de aumento das horas trabalhadas pela via da redução dos custos salariais.

Para a formação bruta de capital fixo prevê-se uma quebra significativa, em resultado de condições mais exigentes do financiamento do sector privado e, também, às perspectivas menos optimistas dos empresários quanto à evolução da economia, para esta contracção contribuirá, também, a diminuição do investimento público previsto para os próximos dois anos.

Contudo, apesar da redução esperada, estima-se que o investimento empresarial venha a ter uma menor quebra em resultado da medida atrás referida relativa às horas trabalhadas.

Adicionalmente, espera-se, ainda, que as necessidades de financiamento da economia se reduzam, beneficiando da redução do défice comercial que mais do que compensa o agravamento previsto do défice da balança de rendimentos primários.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

A inflação em 2011 deverá aumentar para 3,5%, abrando para 3,1% no próximo ano. Em 2012, parte do aumento da inflação está directamente relacionado com o efeito fiscal (alteração de alguns bens e serviços de taxas do IVA reduzidas para normais, ou de intermédias para normais).

A taxa de desemprego deverá continuar a agravar-se no próximo ano em resultado do comportamento mais negativo do ciclo económico.

Principais Indicadores

Taxa de variação %

	2010	2011	2012
PIB e Componentes da Despesa (em termos reais)			
PIB	1,4	-1,9	-2,8
Consumo Privado	2,3	-3,5	-4,8
Consumo Público	1,3	-5,2	-6,2
Investimento (FBCF)	-4,9	-10,6	-9,5
Exportações de Bens e Serviços	8,8	6,7	4,8
Importações de Bens e Serviços	5,1	-4,5	-4,3
Evolução dos Preços			
Deflador do PIB	1,1	1,0	1,7
IPC	1,4	3,5	3,1
Evolução do Mercado de Trabalho			
Emprego	-1,5	-1,5	-1,0
Taxa de Desemprego (%)	10,8	12,5	13,4
Produtividade aparente do trabalho	2,9	-0,3	-1,8
Saldo das Balanças Corrente e de Capital (em % do PIB)			
Necessidades líquidas de financiamento face ao exterior	-8,4	-6,7	-2,5
- Saldo da Balança Corrente	-9,7	-7,9	-3,9
da qual Saldo da Balança de Bens	-10,0	-8,4	-5,5
- Saldo da Balança de Capital	1,4	1,2	1,4

3. Apresentação global sumária

De acordo com o Relatório do Orçamento do Estado de 2012, a acção do Ministério da Economia e do Emprego (MEE) visa a definição e implementação de políticas públicas que promovam o crescimento económico, o emprego e a liberdade dos agentes económicos, actuando ao nível dos incentivos económicos num contexto global.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

No entanto, o elevado valor do défice orçamental limita o crescimento económico, comprometendo a capacidade em canalizar recursos financeiros para a execução de políticas económicas e sociais. Por este motivo é imperativo que se imponham medidas que promovam o equilíbrio orçamental, com particular incidência na redução da despesa do Estado.

O MEE identificou acções a tomar neste sentido, entre elas a reestruturação orgânica do Ministério, inserida no âmbito do PREMAC, e que tem como principais objectivos a revisão das funções exercidas directamente pelo Ministério e a reorganização dos Organismos tutelados alinhado com as funções definidas.

O MEE vai extinguir um total de 24 entidades (redução em 39%, de 61 para 37) e 495 lugares de dirigentes (redução em 39%, de 1.264 para 769), não sendo contabilizados para estes números extinções realizadas em Organismos partilhados.

O MEE identifica seis eixos principais na sua actuação em 2012 que passam pelo financiamento das empresas e estímulo ao investimento, competitividade, empreendedorismo e inovação, desenvolvimento regional, defesa do consumidor, política energética e de recursos geológicos, transportes e infra-estruturas e turismo.

4. Orçamento

O total da despesa consolidada do Ministério da Economia e do Emprego em 2012 ascende a 6.056 milhões de euros.

Face ao ano anterior, a despesa consolidada regista um crescimento de 3.526 M€, devido à integração no Orçamento do Estado das EPR, designadamente, as empresas públicas Estradas de Portugal, SA, Metropolitano de Lisboa, EPE, Metro do Porto, SA, e Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE.

Considerando o universo anterior dos Serviços e Fundos Autónomos, verifica-se uma diminuição acentuada da despesa em 2012 (453 M€), face ao valor estimado para 2011. Esta redução resulta da diminuição em 68 M€ das receitas gerais afectas a este ministério.

A redução no subsector Estado atinge 19,2%, resultante do decréscimo significativo das despesas de funcionamento financiadas por receitas gerais e do financiamento nacional de investimento, com uma diminuição de 38,4%.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

A despesa de funcionamento financiada por receitas consignadas totaliza 59 M€, com um abatimento de 2,9% face a 2011, devido ao previsível decréscimo de transferências provenientes de outros organismos, embora compensado pelo crescimento dos reembolsos de fundos comunitários, com destaque para os relacionados com o Fundo Social Europeu.

Despesa Total Consolidada – MEE (Milhões de euros)

	2011	2012	Variação	2012 (%)
Estado	301,1	228,8	-24,0	3,7
1. Funcionamento	168,5	146,2	-13,3	2,3
1.1. Com cobertura em receitas gerais	107,5	86,9	-19,2	1,4
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	61,0	59,2	-2,9	0,9
2. Investimentos	132,5	82,7	-37,6	1,3
2.1. Financiamento nacional	123,5	76,0	-38,4	1,2
2.2. Financiamento comunitário	9,0	6,6	-26,4	0,1
Serviços e Fundos Autónomos	2.347,0	1.894,0	-19,3	30,3
Entidades Públicas Reclássificadas	-	4.125,5	-	66,0
Consolidação entre e intra-subsectores	118,2	192,4	62,8	-
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	2.529,8	6.055,9	139,4	-
DESPESA EFECTIVA	1.662,6	4.193,1	-	-

Fonte: Relatório do Orçamento de Estado 2012

No subsector dos serviços e fundos autónomos, por força do disposto na Lei do Enquadramento Orçamental, passou em 2012 a incluir as EPR.

Assim, são incluídas 30 novas entidades, das quais 23 são Centros Protocolares de Gestão Participada financiados, maioritariamente, por verbas transferidas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, que ascendem a 90 M€, destinadas à promoção de acções de formação em diversos sectores de actividade.

Contudo, a maior fatia da despesa encontra-se concentrada nas empresas do sector dos transportes ferroviários – o Metropolitano de Lisboa, EPE, o Metro do Porto, SA, e a Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE –, que, no seu conjunto, têm uma despesa de 2.205 M€, e na Estradas de Portugal, SA, com 1.804 M€.

As EPR incluem ainda a FCM – Fundação para as Comunicações Móveis, a ENATUR – Empresa Nacional de Turismo, SA, e o SIEV – Sistema de Identificação Eletrónica de Veículos, SA..

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

Este subsector integra outros Organismos de grande relevância orçamental, como sejam o Instituto do Emprego e Formação Profissional, com 917 M€, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, com 423 M€, e o Instituto do Turismo de Portugal, com 230 M€.

Despesa dos SFA e EPR por Fontes de Financiamento (Milhões de euros)

	Orçamento de 2012							Variação (%)
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Total SFA	2.347,0	72,0	508,0	791,4	522,5		1.894,0	-19,3
Total EPR	-		1.220,8	124,4	222,8	2557,4	4.125,5	-
Sub-Total	2.347,0	72,0	1.728,8	915,8	745,4	2.557,4	6.019,4	156,5
Transferências intra-SFA	5,4		100,0			1,6	101,6	
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	2.341,6	72,0	1.628,8	915,8	745,4	2.555,8	5.917,9	152,7
DESPESA EFECTIVA	1.474,4	55,2	1.601,1	549,1	728,0	1.121,7	4.055,1	175,0

Fonte: Relatório do Orçamento de Estado 2012

As despesas do Programa 009 – Economia e Emprego estão distribuídas por 17 medidas.

Merece, particular realce, as medidas relativas aos transportes ferroviários totaliza uma verba de 2.227 M€, representando 35,6% do total orçamentado e aos transportes rodoviários que representa 29,1% das dotações inscritas, totalizando uma verba de 1.818 M€.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

Despesas por Medidas de Programas (Milhões de euros)

Estado, SFA e EFR	Orçamento de 2012	Estrutura 2012 (%)
P009- Economia e Emprego		
Serviços Gerais da Administração Pública		
- Administração geral	7,2	0,1
- Cooperação económica externa	1,4	0,0
- Investigação científica de carácter geral	5,0	0,1
Serviços culturais, recreativos e religiosos		
- Desporto, recreio e lazer	3,1	0,0
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça, pesca		
- Pesca	13,3	0,2
Indústria e energia		
- Combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	8,2	0,1
Transportes e comunicações		
- Administração e regulamentação	85,2	1,4
- Investigação	35,4	0,6
- Transportes rodoviários	1.818,3	29,1
- Transportes ferroviários	2.227,1	35,6
- Transportes aéreos	54,4	0,9
- Transportes marítimos e fluviais	50,6	0,8
- Sistemas de comunicações	53,3	0,9
Comércio e turismo		
- Turismo	246,5	3,9
Outras funções económicas		
- Administração e regulamentação	90,9	1,5
- Relações gerais do trabalho	1.050,7	16,8
- Diversas não especificadas	497,6	8,0
DESPESA TOTAL	6.248,2	100,0
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	6.055,9	
DESPESA EFECTIVA	4.193,1	

Fonte: Relatório do Orçamento de Estado 2012

Parte II
Opinião do relator

O relator do presente Parecer reserva, nesta sede, a sua posição sobre a proposta em apreço, a qual é, de resto, de "elaboração facultativa" conforme o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Regimento da Assembleia da República.

Parte III
Conclusões

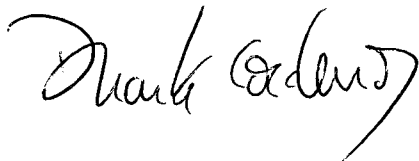
1. O total da despesa consolidada do Ministério da Economia e do Emprego em 2012 ascende a 6.056 milhões de euros.
2. A redução no subsector Estado atinge 19,2%, resultante do decréscimo significativo das despesas de funcionamento financiadas por receitas gerais e do financiamento nacional de investimento, com uma diminuição de 38,4%.

Nestes termos, a Comissão de Economia e Obras Públicas é de Parecer que a Proposta de Lei n.º 27/XII/1ª – Orçamento do Estado para 2012, na parte respeitante ao Ministério da Economia e do Emprego, está em condições de ser apreciada na generalidade pelo plenário da Assembleia da República, devendo o presente parecer ser enviado à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, competente em razão da matéria.

Palácio de São Bento, 24 de Outubro de 2011

O Deputado Relator

Duarte Cordeiro



O Presidente da Comissão

Luis Campos Ferreira

